

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 17 de dezembro de 2015, às 16h30, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna, o Excelentíssimo Juiz Presidente da AMATRA Luciano Santana Crispim e os servidores Ricardo Webster P. de Lucena - Diretor-Geral, Fernando Costa Tormin – Secretário-Geral da Presidência, Marcos dos Santos Antunes – Secretário-Geral Judiciário, Álvaro Celso Bonfim Resende – Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Ana Beatriz Braga Pereira – Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Humberto Magalhães Ayres – Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Marcelo Marques de Matos – Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Suzana Lage Ferreira – Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Marcos Balduino de Oliveira - Diretor da Secretaria de Controle Interno, Ricardo Matias Pinheiro e Pedro Horácio Borges de Assis - Assessores do Gabinete do Desembargador Vice-Presidente, Katya Vassilievna Chuc - Assistente do Gabinete do Desembargador Vice-Presidente, Leandro Cândido Oliveira – Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Projetos, Maísa Bueno Machado – Coordenadora da Coordenadoria de Licitações e Contratos, José Everson Nogueira Reis – Coordenador da Coordenadoria de Material e Logística, Márcia Divina Bueno Rosa – Chefe da Divisão de Comunicação Social e Cerimonial, Robnaldo José dos Santos Alves – Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Cássia Maria Sebba Kafuri - servidora do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Flávia Ramos Queiroz Oliveira – Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Flávia Valeska de Oliveira Costa – Chefe do Escritório de Processos da Secretaria de Gestão Estratégica, Lara Cristina Necessian de Barros - Chefe do Setor de Responsabilidade Socioambiental, reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2015. O Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Álvaro Celso Bonfim Resende, iniciou a reunião falando sobre o Selo Ouro Justiça em Números recebido pelo TRT 18 durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário. Mostrou os requisitos considerados para a pontuação do Selo e o desempenho do tribunal em cada um deles. Ressaltou que em 2016 a meta será conquistar o Selo Diamante e sugeriu ações para isso, como prover o cargo vago de estatístico, incrementar casos novos eletrônicos, publicar as informações elencadas na Resolução nº 102/2009 do CNJ no prazo, atingir a classificação aprimorado ou excelência, na área de TIC, e manter os pontos obtidos em 2015 nos demais itens avaliados. Após, o diretor informou sobre o projeto “Implantação da Gestão de Riscos no TRT 18” e o Plano de Continuidade do Negócio. Em seguida, o Diretor-Geral, Ricardo Lucena, falou sobre o desdobramento da estratégia na área-meio, explicando acerca do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Gestão Estratégica em conjunto com a Coordenadoria de Licitações e Contratos, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Orçamento e Finanças. Disse que o objetivo é melhorar a qualidade e agilidade dos

processos de trabalho dessas unidades e noticiou os ótimos resultados já alcançados na CLC. Depois, reconheceu e agradeceu a atuação da Secretaria de Gestão Estratégica. Dando continuidade à reunião, a servidora Flávia Ramos Queiroz Oliveira, da Secretaria de Gestão Estratégica, apresentou o desdobramento da estratégia na área-fim, informando que a equipe da SGE visitará as Varas do Trabalho, mostrando para os gestores como acompanhar os resultados de cada indicador no Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – Sigest. Explicou que proporá a confecção de planos setoriais para melhorar os números da unidade. Comunicou que serão visitadas as três VT's que estejam apresentando melhor desempenho, para verificar as boas práticas que estão gerando o resultado positivo e, assim, levar para as demais. O Excelentíssimo Juiz Luciano Santana Crispim ressaltou que é muito difícil padronizar procedimentos nas Varas e a servidora Flávia Oliveira explanou que as boas práticas serão apenas sugeridas. A servidora noticiou, também, que será publicado ranking mensal na aba da corregedoria e da gestão estratégica com os resultados das Varas do Trabalho para estimular uma competição saudável entre elas. Posteriormente, foram discutidas as propostas de alterações no Plano Estratégico Institucional. O Secretário-Geral da Presidência e a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas propuseram a separação do indicador “Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados e servidores”, o que foi acatado. Dessa forma, no tocante ao indicador “Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a servidores”, a diretora da SGPe informou que serão considerados oito assuntos no cálculo do índice, que a linha base encontrada foi de 104 dias e que as metas para os próximos anos serão de 100 dias, em 2016; 95 dias, em 2017; 91 dias, em 2018; 87 dias, em 2019; 83 dias, em 2020. Em relação ao indicador “Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados”, o Secretário-Geral da Presidência comunicou que foram retirados do cálculo apenas dois assuntos, férias e ajuda de custo, que a linha base foi fixada em 58 dias e que as metas para os próximos anos serão de 52 dias, em 2016; 50 dias, em 2017; 48 dias, em 2018; 47 dias, em 2019; 46 dias, em 2020. Na sequência, a diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças falou sobre o indicador “Índice de execução do orçamento disponibilizado”. Informou que o CSJT recalculou a linha base que estava em vigor, 89,65%, passando para 49,26%, gerando uma queda nos percentuais médios de liquidação do orçamento disponibilizado. Explicou que o motivo alegado pelo Conselho foi a inclusão de restos a pagar não processados no cálculo da linha de base. Acrescentou que os valores inscritos da obra eram altos e que o contingenciamento faz com que nada fique no restos a pagar. Por fim, noticiou que o índice de execução do orçamento disponibilizado estava em 90%. Após, a servidora Lara, chefe do Setor de Responsabilidade Socioambiental, propôs a retirada do indicador “Índice de adesão ao guia de contratações sustentáveis da Justiça do Trabalho” do Plano Estratégico do TRT 18. Fundamentou que a Resolução nº 201/2015 do CNJ determinou a implantação de Plano de Logística Sustentável, que já está em execução no tribunal, com 49 indicadores para serem medidos. Sugeriu que o Plano de Logística Sustentável seja incluído, de alguma forma, no Plano Estratégico Institucional e pediu para apresentar os resultados do PLS nas Reuniões de Análise da Estratégia. Não houve divergência. Em seguida, passou-se para a apresentação dos resultados dos indicadores. O diretor da Secretaria da Corregedoria Regional iniciou pelo “Índice de processos julgados” e comunicou que, até o mês de novembro, no 1º grau, o índice foi de 94,55% e, no 2º grau, de 93,78%. Explicou que o pior desempenho ocorreu no mês de janeiro e que a greve e o incêndio influenciaram no não cumprimento da meta. Após, noticiou que a meta do “Índice de processos antigos julgados” já foi alcançada. Depois, falou sobre o indicador “Índice de execução”, explicando que o TRT 18 não bateu esta meta e que o problema está na

execução não fiscal. Em seguida, informou que o tribunal não alcançaria a meta relativa ao julgamento das ações coletivas e afirmou que a Corregedoria conversou com os juízes responsáveis por julgar as ações coletivas pendentes. Apresentou, também, o resultado do “Índice de concentração de processos dos maiores litigantes”, cuja meta não foi atingida. Por fim, expôs que o “Índice de conciliação” foi de 39,69% e o “Tempo médio de duração do processo no 1º grau” foi de 129 dias e, no 2º grau, de 165 dias, todos considerados até o mês de novembro de 2015. Dando prosseguimento à reunião, a Coordenadora da Coordenadoria de Licitações e Contratos e a Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças apresentaram dados do indicador “Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços”. A coordenadora Maísa informou a quantidade de licitações realizadas no prazo, nos meses de janeiro a setembro e o número de outubro em diante, quando, do total de 15 pregões realizados, 6 foram no prazo estabelecido. Comunicou que o prazo médio do pregão caiu de 178 para 128 dias. Após, a diretora da SOF apresentou dados da inexigibilidade e dispensa de licitação, ressaltando que estão demorando muito para serem concluídas. Na sequência, o Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Projetos falou sobre o indicador “Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência”, sugerindo a alteração da meta fixada para o ano de 2018, tendo em vista a suspensão do projeto de “Construção do Novo Complexo Trabalhista de Goiânia”, que é altamente acessível. Propôs como meta o índice de 85,51%. Não houve discordância. Após, demonstrou os dados dos indicadores “Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas” e “Quantidade de novas edificações concluídas”. Apresentou cronograma para reforma de unidades e para novas edificações, até 2020. Destacou que, em 2015, a Vara do Trabalho de Valparaíso foi modernizada e que foi concluída a nova edificação do Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Porangatu. Em seguida, o coordenador mostrou a situação dos projetos estratégicos da sua área, comunicando que o de “Construção do Novo Complexo Trabalhista de Goiânia” está suspenso devido ao incêndio e que foi estimado um atraso de seis meses. No que diz respeito ao projeto “Implantação do Sistema de Manutenção Predial”, explicou que a CMProj já visitou todas as unidades do interior, com levantamento fotográfico e, atualmente, está confeccionando o dossiê de cada localidade. Em relação ao projeto “Utilização Racional de Energia”, destacou que a redução do consumo no horário de ponta (18h às 21h30), mediante o desligamento do sistema de ar condicionado central, já gerou economia mensal de 8%. Após, o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações falou sobre os projetos “Aquisição da Central de Atendimento” e “Telefonia sobre IP”. Ressaltou que espera que o impacto orçamentário não influencie os projetos. Depois, a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas comunicou que o projeto “Caravana da Saúde” está suspenso em razão da escassez orçamentária e que, no que se refere ao projeto “Implantação da Gestão por Competências”, a SGPe está analisando a conveniência em continuar a execução, porque a implantação do SIGEPE irá impactar no seu andamento. Na sequência, o Secretário da Secretaria-Geral Judiciária tratou do projeto “Ferramenta de Auxílio ao BacenJud”, informando que a STI finalizou os testes da nova ferramenta junto à 1ª VT de Goiânia, estando prevista a sua instalação no início do próximo exercício, após homologação por nove Varas em Goiânia. Após, falou do projeto “Justiça Itinerante”, mostrando que o coeficiente de acessibilidade à jurisdição vem diminuindo desde 2012 e que em 2015 será de 28,13. O Desembargador-Presidente pediu para aumentar o número de audiências por dia. Depois, o Secretário informou que a execução do projeto “Reestruturação do Atendimento ao Cidadão” está sobrestada aguardando orçamento e que já foi implantado o peticionamento digital ao cidadão. Em seguida, noticiou que o projeto “Banco de Diligências” terá como produto a criação de sistema que irá unificar os

resultados das diligências efetuadas pelos oficiais de justiça, em um só ambiente, “on line”. Posteriormente, o chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC expôs sobre o projeto “Implantação do Modelo de Governança Corporativa de TIC”, descrevendo suas principais entregas: palestra de sensibilização, criação do Núcleo de Governança de TIC e aprovação da política. Disse que o projeto impacta no objetivo estratégico “Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC” e no iGovTI. Após, a servidora Cássia, do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, apresentou informações acerca do projeto “3ª Pesquisa de Satisfação de TIC”. Informou que o relatório da pesquisa foi disponibilizado para todos os servidores. Destacou que 84% dos respondentes concordam que a STI cumpre sua missão. Por fim, o Desembargador-Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Deu-se por encerrada a reunião às 18h30min. Eu, Flávia Ramos Queiroz Oliveira, Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente Ata, que, a seguir, foi assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna, pelo Excelentíssimo Juiz Luciano Santana Crispim e pelos servidores abaixo nomeados:

Aldon do Vale Alves Taglialegna

Desembargador-Presidente

Luciano Santana Crispim

Juiz Presidente da AMATRA

Ricardo Werbster P. de Lucena

Diretor-Geral

Fernando Costa Tormim

Secretário-Geral da Presidência

Marcos dos Santos Antunes

Secretário-Geral Judiciário

Álvaro Celso Bonfim Resende

Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica

Ana Beatriz Braga Pereira

Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

Humberto Magalhães Ayres

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Marcelo Marques de Matos

Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional

Suzana Lage Ferreira

Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

Marcos Balduino de Oliveira

Diretor da Secretaria de Controle Interno

Ricardo Matias Pinheiro

Assessor do Gabinete do Desembargador Vice-Presidente

Pedro Horácio Borges de Assis

Assessor do Gabinete do Desembargador Vice-Presidente

Leandro Cândido Oliveira

Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Projetos

Maísa Bueno Machado

Coordenador da Coordenadoria de Licitações e Contratos

José Everson Nogueira

Coordenador da Coordenadoria de Material e Logística

Márcia Divina Bueno Rosa

Chefe da Divisão de Comunicação Social e Cerimonial

Robnaldo José dos Santos Alves

Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC

Katya Vassilievna Chuc

Assistente do Gabinete do Desembargador Vice-Presidente

Flávia Ramos Queiroz Oliveira

Assistente de Diretor

Flávia Valeska de Oliveira Costa

Chefe do Escritório de Processos

Lara Cristina Nercessian de Barros

Chefe do Setor de Responsabilidade Socioambiental

Cássia Maria Sebba Kafuri

Núcleo de Governança Corporativa de TIC